



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF – FILO**

**FRANCISCO MARCOS ALVES**

**PROFESSOR DE FILOSOFIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

**CAICÓ-RN  
2019**

**FRANCISCO MARCOS ALVES**

**PROFESSOR DE FILOSOFIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia - PROF-FILO da Universidade Federal do Paraná em parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

**Orientador:** Prof. Dr. Francisco Ramos Neves

**CAICÓ-RN**

**2019**

**Catálogo da Publicação na Fonte.**  
**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

A474p Alves, Francisco Marcos  
Professor de Filosofia como agente de transformação social. / Francisco Marcos Alves. - Caicó, 2019.  
64p.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco Ramos Neves.  
Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Filosofia).  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Educação. 2. Filosofia. 3. Transformação social. I. Neves, Francisco Ramos. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

**FRANCISCO MARCOS ALVES**

**PROFESSOR DE FILOSOFIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Ramos Neves  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

---

Prof. Dr. Josailton Fernandes de Mendonça  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

---

Prof. Dr. João Bosco Brito do Nascimento  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Dedico de modo particular este passo importante na vida acadêmica à minha esposa Janaina da Silva Diniz e os nossos queridos e futuros filhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Minha gratidão a Deus pelo dom da vida e à Virgem Maria por ser um auxílio perene na caminhada. Pois, minha consciência ilumina meu entendimento de que nos movemos e somos em Deus.

Estendo minha gratidão ao meu orientador, o Prof. Dr. Francisco Ramos Neves, que com paciência e resignação sempre se manteve disponível.

E, não poderia esquecer-se de ser grato aos meus pais: Francisco e Margarida, e minha vó Bernardina por terem acreditado em meu percurso desde os meus anos iniciais na Escola Rotary Dr. Thomaz Pires.

São dignos de minha gratidão todos os professores que tive ao longo da vida na qual os homenageio na pessoa da professora Maria de Lourdes Ferreira (Dona Lourdinha).

A meu irmão Marcio, meus padrinhos Gessé e Graça e todos os amigos e familiares (meus avós em memória) que de modo direto e indireto colaboraram na minha formação.

Estendo minha gratidão à Escola Estadual Dr. José Gadelha do Município de Aparecida e à Comunidade do Cococí, especificamente aos que constituem a Capela Nossa Senhora das Graças, onde sou presidente do Conselho Administrativo e exerço o Ministério da Palavra.

*Feliz aquele que transfere o que sabe e  
aprende o que ensina.  
O saber se aprende com mestres e livros.*

Cora Coralina

## RESUMO

O presente estudo intitulado “Professor de filosofia como agente de transformação social” tem por objetivo fundamentar a discussão acerca de como o professor de filosofia poderá influenciar na formação política e cidadã dos alunos do Ensino Médio, a partir da concepção de Henri Giroux, versando também sobre as contribuições de Gramsci e Paulo Freire. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Gadelha, no município de Aparecida/PB, localizada no sertão paraibano e após as intervenções foi realizada uma visita a Câmara Municipal da referida cidade. Buscando por elementos que viabilizem a formação de professores mais comprometidos com essa causa e caminhos para o engajamento social sem limitar - se às práticas antigas e tecnicistas que tem prevalecido em nossas escolas. Após a realização de todas as fases desta pesquisa bibliográfica e de campo, com o intuito de demonstrar a importância do professor de filosofia na transformação social dos alunos, pode-se perceber que os objetivos deste estudo foram alcançados, pois devido as intervenções por meio dos textos repassados aos alunos pelo o professor, os alunos compreenderam a importância da filosofia na construção do processo de formação dos mesmos voltado à racionalidade crítica e observadora, estimulando a autonomia e o desenvolvimento social, político e econômico.

**Palavras-chave:** Educação. Filosofia. Transformação social.

## **ABSTRACT**

The present study entitled "Philosophy teacher as an agent of social transformation" aims to substantiate the discussion about how the philosophy teacher can influence the political and citizen formation of high school students, based on Henri Giroux's conception, also dealing with about the contributions of Gramsci and Paulo Freire. The research was carried out at the Dr. José Gadelha State School of Elementary and High School, in the municipality of Aparecida / PB, located in the Paraíba backlands and after the interventions, a visit was made to the City Hall of that city. Searching for elements that enable the formation of teachers more committed to this cause and ways for social engagement without limiting themselves to the old and technical practices that have prevailed in our schools. After the completion of all phases of this bibliographic and field research, in order to demonstrate the importance of the philosophy teacher in the social transformation of the students, it can be seen that the objectives of this study were achieved, because due to interventions through texts passed on to the students by the teacher, the students understood the importance of philosophy in the construction of their formation process focused on critical and observant rationality, stimulating autonomy and social, political and economic development.

**Keywords:** Education. Philosophy. Social Transformation.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Respostas da primeira pergunta no início da intervenção realizada com alunos do 3º A da Escola Estadual Fundamental e Médio Dr. José Gadelha, Aparecida-PB.....	41
<b>Quadro 2.</b> Respostas da segunda pergunta no início da intervenção realizada com alunos do 3º A da Escola Estadual Fundamental e Médio Dr. José Gadelha, Aparecida-PB.....	43
<b>Quadro 3.</b> Respostas da primeira pergunta no final da intervenção e visita à Câmara municipal da cidade de Aparecida-PB.....	44
<b>Quadro 4.</b> Respostas da segunda pergunta no final da intervenção realizada com alunos do 3º A da Escola Estadual Fundamental e Médio Dr. José Gadelha, Aparecida-PB.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

TALE: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	15
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1 O PROFESSOR COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO.....	16
2.1.1 Proletarização Versus Profissionalização do Professor.....	19
2.1.2 A Formação Reflexiva para a Profissionalização do Docente.....	27
2.1.3 O Professor como Intelectual Orgânico e Transformador.....	31
<b>3 MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>36</b>
3.1 POPULAÇÃO ESTUDADA.....	36
3.2 PLANO DE RECRUTAMENTO.....	36
3.2.1 Justificativa do número de Participantes.....	36
3.2.2 Classificação da Pesquisa.....	37
3.2.3 Instrumentos de Coleta de Dados e Local de Realização Pesquisa.....	38
3.2.4 Local da Pesquisa.....	38
3.3 PROCESSO PARA OBTER O TCLE.....	38
3.4 PROCESSO PARA OBTER O TALE.....	38
3.5 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	39
3.6 INTERVENÇÃO.....	39
<b>4. RESULTADOS.....</b>	<b>41</b>
<b>5. DISCUSSÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões acerca da formação dos professores bem como sua atuação na formação dos alunos vêm ganhando força nos meios acadêmicos e sociais. Os debates giram em torno da necessidade de se buscar caminhos que levem a um processo de valorização desses profissionais, bem como a implementação de melhorias nas condições de trabalho, qualidade nos cursos de formação e, como consequência, alcançar melhores índices de aproveitamento e aprendizagem dos alunos para que esses sejam formados como cidadãos conscientes de seu papel em sociedade.

Ocorre que, no entanto, a maioria das ações voltadas à formação intelectual de professores depende de fatores que partem da implementação de uma política coerente com atividades contínuas que não sejam extintas a curto prazo, mas a um processo que demande tempo, recursos financeiros e profissionais qualificados.

Nessa perspectiva, o teórico e crítico da cultura e educação, Henry Giroux, em sua obra “Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem (1997)”, incita os educadores e os acadêmicos a reagirem contra a realidade da sociedade na qual estamos inseridos, afirmando ser necessária a formação de intelectuais críticos, criativos e esperançosos no que se refere ao seu potencial e capacidade de transformação do mundo.

Giroux (1997) propõe reflexões sobre as teorias educacionais, sobre a escola e, sobretudo, sobre os professores e sua função no processo de ensino e aprendizagem, assim como a influência que esses profissionais exercem sobre os alunos. Na obra do autor, a discussão que se apresenta diz respeito à necessidade de mudanças no processo educacional e a importância do professor enquanto agente de preparação dos jovens no país.

Sob esse enfoque, Giroux (1997) leciona que, apenas a partir da alteração da metodologia de ensino e do currículo oficial nos estudos sociais, a escola pode se configurar como um instrumento eficaz de ajuda a cada estudante para que estes desenvolvam seu potencial como pensadores críticos e participantes responsáveis no processo democrático. O autor, então, defende que a escola seja tida como um agente de socialização, que pode propiciar atividades reflexivas e libertadoras aos educandos, propiciando o desenvolvimento intelectual.

Nessa mesma linha de pensamento, Antônio Gramsci, em seus “Cadernos do cárcere (2002)”, destaca que o desenvolvimento das instituições escolares ao longo dos processos históricos conferiu grande importância às categorias e às funções intelectuais, permitindo um aperfeiçoamento e multiplicação das especializações.

Conforme se extrai do pensamento de Gramsci (2002), a distinção entre intelectuais e não intelectuais diz respeito à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, ou seja, é levada em conta a direção sobre a incidência do peso maior da atividade profissional específica –, se é na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso do sujeito.

Partindo dessa premissa, infere-se que inexistem a figura dos “não intelectuais”, pois o que existe são graus diversos de atividade especificamente intelectual e definem os elementos essenciais, o que Gramsci (2002) denomina de “novo tipo de intelectual”, aquele que se caracteriza pela inserção ativa na vida prática como construtor, organizador, persuasor permanente e dirigente.

Nesse contexto estão inseridos os professores, pois distantes do papel de superiores, ditadores do conhecimento a ser bancariamente depositado nos alunos (FREIRE, 1982), passam a serem considerados intelectuais transformadores, pois tem o conhecimento como instrumento de mudança e questionamento crítico do contexto social em que estão inseridos.

Partindo dessa premissa, os professores intelectuais transformadores são aqueles que desconsideram o trabalho docente puramente técnico e instrumentalizado, buscando a liberdade na produção e responsabilidade ativa sobre aquilo que ensinarão aos alunos.

A partir dessa intelectualidade e transformação, Giroux (1997, p. 186) amplia a questão do papel político dos professores, descrevendo os intelectuais também como “mediadores, legitimadores e produtores de ideias e práticas sociais”, pois eles cumprem uma função de natureza eminentemente política.

Nessa perspectiva, o atual cenário de formação docente requer a construção de sujeitos com identidades políticas e papéis sociais mais comprometidos, ou seja, indivíduos que possuam um discurso sensível às questões políticas vinculadas à transformação social do meio em que estão inseridos.

A Constituição Brasileira de 1988 assegura o direito ao exercício da cidadania ativa pela garantia de alguns instrumentos legais, como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de leis, etc. No entanto, na participação legal do sistema

representativo, a partir do voto, bem como o engajamento dos indivíduos nas questões sociais ligadas ao interesse da coletividade são de essencial importância para construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Sabe-se que em períodos eleitorais ocorrem ações de estímulo da participação de jovens nas decisões políticas do seu país ou região. Contudo, esse estímulo ocorre através de uma vinculação direta entre cidadania e o ato de votar, desconsiderando diversas outras formas de participação, o que se apresenta como um problema que não estimula os jovens a exercerem de forma plena seu papel de cidadãos.

A partir dessa constatação, o presente estudo busca elaborar estratégias, a partir da atuação proativa do professor, para que os jovens sejam conscientizados da importância de sua participação política para a vida em comunidade. Isso porque a participação política vai além do voto, ocorrendo também por meio do engajamento nos movimentos sociais, em grupos organizados e em manifestações orientadas a exercer influência na pauta dos atores políticos e institucionais dos governos, entre outras formas de participação.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivos identificar elementos que capacite o professor de filosofia para sua função e fomentar a ampliação da consciência política e crítica dos discentes, para que estes entendam a participação política como forma de transformação social, buscando, ainda, discutir sobre o atual contexto político e social brasileiro e as melhores formas de participação política dos jovens em sociedade.

A partir do questionamento sobre a importância da participação política do discente para a vida em comunidade, tem-se a seguinte hipótese: os jovens de nossa escola têm participado de forma ativa da vida política de nosso Município, Estado e do nosso país?

A presente pesquisa, portanto, é de grande relevância, pois permitirá identificar a percepção dos alunos acerca da importância da participação política como instrumento de modificação da realidade em que estes estão inseridos, permitindo, ainda, fomentar o engajamento dos jovens para que estes sejam cidadãos mais atuantes e conscientes de seu papel para construção de uma sociedade mais justa e democrática.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Identificar como o professor de Filosofia do Ensino Médio poderá influenciar na formação dos alunos quanto à prática na vida da sociedade. Ressaltando-se a importância que tem o professor como agente provocador da transformação social e em ser um intelectual livre, e não um simples técnico da educação que repassa o que está posto pelo currículo, conforme o pensamento de Giroux e Gramsci. É necessário destacar que o conhecimento adquirido se torne uma espécie de mapa que norteie as aulas e, conseqüentemente proporcione aos envolvidos o conhecimento filosófico.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Problematizar a participação da atuação do professor na formação do discente de filosofia no Ensino Médio;
- Elaborar eixos norteadores para a sistematização de aulas de Filosofia no Ensino Médio que atenda às expectativas quanto à participação na vida em sociedade;
- Provocar no ambiente escolar em que o projeto será aplicado um olhar crítico em relação às exigências curriculares.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O PROFESSOR COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO

A formação dos professores vem ganhando bastante relevância ao longo dos últimos anos. Os questionamentos giram em torno da necessidade de se buscar caminhos que levem a um processo de valorização desses profissionais, bem como a elaboração de melhorias nas condições de trabalho, qualidade nos cursos de formação e, conseqüentemente, melhores índices de aproveitamento e aprendizagem dos alunos no processo educacional.

Ocorre que, no entanto, a maioria das ações voltadas à formação intelectual de professores depende de fatores que partem da implementação de uma política coerente com atividades contínuas que não sejam extintas em curto prazo, mas a um processo que demande tempo, recursos financeiros e profissionais qualificados.

Embora diversas ações já venham sendo construídas nos últimos tempos, como a ampliação universidades e escolas, atualização dos currículos escolares, cursos de formação à distância e de formação continuada, ainda há muito a ser feito no sentido de construção de propostas mais eficazes na melhoria do ensino no Brasil, notadamente em relação à formação intelectual dos professores, os quais necessitam da liberdade e do apoio político-pedagógico da instituição para desenvolverem seus ensinamentos em sala de aula.

Nessa linha, o teórico e crítico da educação e cultura, Henry Giroux, em sua obra “Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem (1997)”, incita os educadores e os acadêmicos a reagirem contra a realidade da sociedade na qual estamos inseridos, afirmando ser necessária a formação de intelectuais críticos, criativos e esperançosos no que se refere ao seu potencial e capacidade de transformação do mundo.

Giroux (1997) propõe reflexões sobre a escola, sobre as teorias educacionais e, sobretudo, sobre os professores e sua função no processo de ensino e aprendizagem, assim como a influência que esses profissionais exercem sobre os alunos. Na obra do autor, a discussão que se apresenta diz respeito à necessidade de mudanças no processo educacional e a importância do professor enquanto agente de preparação dos jovens no país.

Dentre essas medidas a serem implementadas está a necessidade de superação do quadro de racionalidade técnica que está enraizado na cultura educacional do país, o que acaba por colaborar para o desenvolvimento de um processo de proletarização dos professores e a consequente alienação e perda de autonomia profissional.

Isso porque, conforme Giroux (1997), a crise atual da educação no país decorre em grande parte da crescente tendência de enfraquecimento dos professores em todos os níveis de educação, somado ao fato das escolas ainda possuírem dificuldades em relacionar as necessidades dos alunos com os objetivos desenvolvidos em sala de aula.

Sob esse enfoque, Giroux (1997) leciona que, apenas a partir da alteração da metodologia de ensino e do currículo oficial nos estudos sociais, a escola pode se configurar como um instrumento eficaz de ajuda a cada estudante para que estes desenvolvam seu potencial como pensadores críticos e participantes responsáveis no processo democrático. O autor, então, defende que a escola seja tida como um agente de socialização, que pode propiciar atividades reflexivas e libertadoras aos educandos, propiciando o desenvolvimento intelectual.

Nessa mesma linha de pensamento, Antônio Gramsci, em seus “Cadernos do cárcere (2002)”, destaca que o desenvolvimento das escolas ao longo dos processos históricos conferiu grande importância às funções intelectuais às categorias e, permitindo multiplicação das especializações e seu aperfeiçoamento.

É ponto de início da reflexão de Gramsci essa formação dos intelectuais mediada pelas instituições escolares (2002, p. 20) de que a relação estabelecida entre os intelectuais e o mundo da produção “não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’ pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’”.

Ainda, conforme Gramsci (2002), a distinção entre intelectuais e não intelectuais diz respeito à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, ou seja, é levada em conta a direção sobre a incidência do peso maior da atividade profissional específica –, se é no esforço muscular-nervoso do sujeito ou na elaboração intelectual.

Infere-se, então que, inexistente a figura dos “não intelectuais”, pois o que existe são graus diversos de atividade especificamente intelectual e define os elementos essenciais, o que Gramsci (2002) denomina de “novo tipo de intelectual”, aquele que

se apresenta pela inserção ativa na vida prática como organizador, construtor e persuasor dirigente e permanente.

Distantes do papel de superiores, ditadores do conhecimento a ser bancariamente depositado nos alunos (FREIRE, 1982), passam a serem considerados intelectuais transformadores, pois tem o conhecimento como instrumento de questionamento crítico do contexto social em que estão inseridos e a mudança.

Partindo dessa premissa, os professores intelectuais transformadores são aqueles que desconsideram o trabalho instrumentalizado docente e puramente técnico, procurando a liberdade na produção e ativa responsabilidade sobre aquilo que ensinarão aos docentes.

Quando se encara os professores como intelectuais, Giroux (1997) defende que, pode-se começar a repensar e reformar as tradições que têm impedido que os professores assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais reflexivos e ativos. Assim, os docentes podem estimular nos discentes uma valorização da capacidade crítica e da intelectualidade quanto ao aprendizado e aos demais assuntos que lhes são propostos, sejam na família, na escola ou pelos meios de comunicação.

Os docentes ao desenvolverem uma intelectualidade transformadora, podem se valer de sua linguagem e pensamento crítico para conduzir mudanças no aprendizado dos alunos, e mais do que isso, em si próprio, e levando os discentes a questionarem aqueles discursos que lhes são repassados para que estes analisem as informações disseminadas com maior sensibilidade e sensatez e possam formar sua convicção acerca dos assuntos.

A partir dessa intelectualidade e transformação, Giroux (1997, p. 186) amplia a questão do papel político dos professores, descrevendo os intelectuais também como "mediadores, legitimadores e produtores de ideias e práticas sociais", pois eles cumprem uma função de natureza eminentemente política.

O atual cenário de formação docente requer a construção de sujeitos com identidade sócio política, ou seja, indivíduos que possuam um discurso sensível às questões políticas vinculadas à transformação da sociedade em que está inserido.

Aprender os professores como intelectuais transformadores permite a construção de uma nova ótica sobre a escola, sobre o ensino e a aprendizagem, assim como possibilita a formação de pensadores críticos, voltados à reflexão e análise do

seu meio. Permite, ainda, a concepção de uma visão política tanto nos professores como nos alunos em favor da mudança social.

Para compreender essa postura reflexiva, crítica e transformadora dos docentes, faz-se necessário analisar não apenas o cenário situado sobre a crise dos modelos estruturais de formação, mas também a questão de proletarização da atividade docente, situação que atualmente limita a capacidade intelectual dos professores diante da subordinação acadêmica, dos currículos engessados e dos métodos de ensino ultrapassados.

Desta feita, deve ser estabelecida a dicotomia entre a proletarização e a profissionalização dos docentes, no sentido de se buscar um processo de valorização, reflexão e transformação nas posturas e mentalidades dos professores, visando uma mudança do atual quadro de desvalorização e frustração profissional, principalmente em relação aos professores iniciantes.

### **2.1.1 Proletarização Versus Profissionalização do Professor**

Os professores se encontram, no contexto atual do processo educacional, sob a tensão de dois processos antagônicos de ensino: a proletarização e profissionalização. Conforme Giroux (1997), os docentes caminham de forma acelerada à proletarização, em virtude da superioridade da racionalidade técnica e econômica na gestão escolar e a padronização do conhecimento, bem como da desvalorização do trabalho intelectual crítico dos professores em favor de questões de ordem prática.

Na lição de Giroux (1997), a proletarização do magistério tem sua origem na racionalidade técnica que se apresentou também nas administrações e organizações da escola a partir do século XX e vem submetendo a escola e os docentes à influência de ideologias instrumentais a serviço de interesses corporativos capitalistas.

Nessa perspectiva, a tese de proletarização do trabalho do professor, notadamente aqueles de ensino fundamental e médio, diz respeito à desqualificação da prática pedagógica e ao modo como está organizado o trabalho nas escolas, bem como à subordinação e às condições socioeconômicas a que são submetidos os professores.

De acordo com Lins (2013), o conceito de proletarização passou a ser difundido no Brasil principalmente ancorado no pensamento marxista entre as décadas de 1980

e 1990. A tese indica que o controle exercido pelos profissionais sobre o seu próprio processo de trabalho passa a existir apenas simbolicamente, tendo em vista que a submissão a interesses capitalistas, o modelo de racionalidade técnica vai se instituindo entre os grupos profissionais.

A padronização e rotina das atividades desenvolvidas com o intuito de atingir as metas para a aprendizagem estabelecidas para a escola caracterizariam essa perda de autonomia dos professores, cujos desdobramentos conduzem à “desprofissionalização” (GIROUX, 1997), visto que os ditames do Estado e do capitalismo têm influência imediata sobre a condução da escola.

Conforme Tumolo e Fontana (2008), a proletarização é compreendida como um processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho dos professores, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, conseqüentemente, no processo de trabalho dos docentes. Em sentido contrário à proletarização, a profissionalização é percebida como um movimento que promove a categoria do magistério à consolidação desses trabalhadores como profissionais.

De acordo com Oliveira (2010), a tese da proletarização aparece como um processo irreversível no qual os professores estão submetidos à medida que os sistemas escolares ampliam sua cobertura, sendo esse processo compreendido como uma mazela da democratização do ensino. Segundo a autora, a discussão se refere à busca de autoproteção pelos professores e demais trabalhadores da educação por meio da luta pela profissionalização, pois a proletarização vem acompanhada de um processo de desqualificação.

Pavan e Backes (2016) destacam que as discussões sobre a proletarização dos docentes no âmbito nacional se relacionam ao processo de empobrecimento econômico dos professores, sobretudo aqueles da educação básica, que se intensificou no período da ditadura militar no Brasil.

Nessa perspectiva, de acordo com, Réses (2012), a discussão da proletarização também decorre do significativo aumento do número no quadro de professores, num processo que teve início no século XIX e se intensificou no século passado.

A ampliação dos números do quadro de professores decorre da implantação dos sistemas nacionais de ensino, relacionando-se com a problemática do crescimento de pessoal dos aparatos burocráticos do Estado moderno e da universalização da escolarização. Se inicialmente à docência era buscada pelos

membros de segmentos das classes média e alta, o acesso cada vez maior das classes pobres à educação pública, por ela ser direito público subjetivo (podendo ser reclamada para todos), aumentou, deste modo, a necessidade de mais professores (RÉSES, 2012).

Em virtude da proletarização, assim, pode-se dizer que as condições de trabalho dos docentes passaram a ser semelhantes às de qualquer outro operário da sociedade, como a massificação, a dependência de empresas privadas, por sofrerem os efeitos da diminuição dos gastos públicos em educação, pelos baixos salários, supressão de direitos, intensificação do trabalho além de serem organizados sindicalmente e exercerem o direito de greve como estratégia de luta (PAVAN; BACKES, 2016).

A universalização da escolarização é outro aspecto significativo para a perda de controle do processo do trabalho pelo professor. Em decorrência disso, algumas formas de intervenção gerencial foram gradativamente implantadas no processo pedagógico. Conforme, Réses (2012), essas formas, pautadas pelo objetivo de encontrar uma cientificação e uma tecnologização dos processos de ensino, isto é, pela busca da construção de uma racionalização do fazer magisterial, inspiraram-se em parâmetros tayloristas.

Em decorrência dos modelos tayloristas de organização do trabalho, por serem comuns no cotidiano escolar, como as normas empresariais para a gestão da escola, cresce o processo de heteronomia no exercício da docência, o que faz com que os professores se encontrem em situação semelhante àquela dos trabalhadores da produção industrial e de setores técnico-burocráticos. Em virtude disso, os docentes perdem o controle de seu próprio trabalho (RÉSES, 2012).

Nesse sentido, conforme discorre Giroux (1997, p. 9):

[...] o exercício do magistério vem sendo crescentemente subordinado à divisão técnica e social do trabalho, o que, ou amarra o professor aos ditames de especialistas que foram removidos do contexto da sala de aula, ou serve para aumentar a distância política entre aqueles que controlam a escola e aqueles que trabalham no dia-a-dia, de fato, os estudantes e com os currículos.

Em virtude da sua condição de profissionais assalariados, os professores são submetidos a um processo de desvalorização profissional, visto que a profissão vem

sendo desvalorizada em decorrência dos baixos salários e, não raramente, da jornada de trabalho excessiva, o que acarreta a perda de prestígio e status da profissão.

De acordo com Contreras (2002, p. 35), a proletarização se refere à dificuldade ou mesmo impossibilidade de o professor refletir sobre sua atividade docente, isto é, "o trabalhador passa a ser um mero executor de tarefas sobre as quais não decide". Nesse processo de proletarização, o professor perde sua qualificação, ou seja, perde os conhecimentos e habilidades para planejar, compreender e agir sobre seu próprio trabalho.

O quadro educacional sedimentado nas metas de desempenho das escolas exerce pressão sobre os professores para que estes sigam os conteúdos cobrados pelos exames e vestibulares, no qual o bom desempenho dos alunos nessas provas é a finalidade maior da educação, fato este que limita a capacidade intelectual tanto dos estudantes quanto dos próprios docentes.

Diante disso, os docentes não exercem a construção de um pensamento crítico sobre quais conteúdos selecionar ou quais temáticas desejam inserir no processo educativo, visto que a preocupação maior da escola é trabalhar os conteúdos que serão cobrados nos vestibulares.

Analisando de forma crítica esse processo voltado à aprovação de alunos em exames de admissão de faculdades, constata-se que essas avaliações são usadas apenas para classificar e estabelecer seleções de alunos, reforçando a ideia de que a busca pela aprovação é o único critério a ser seguido no processo educacional, retirando a autonomia do professor em desenvolver atividades de cunho reflexivo, crítico e questionador da realidade social.

Como consequência, de acordo com Nóvoa (1995), tem-se que a proletarização promove apenas à racionalidade técnica dos professores e alunos, convergindo para a discriminação da concepção e da execução das atividades, uma vez que padroniza a execução das tarefas, simplifica a aquisição da força de trabalho e a intensifica o trabalho de professores. A proletarização, portanto, promove uma degradação da profissão, retirando margens importantes de autonomia profissional.

Nesse mesmo sentido, de acordo com a lição de Contreras (2002), a proletarização docente decorre do fato de que o trabalho dos professores tem sofrido uma supressão progressiva de uma série de qualidades, que gera a perda de controle e sentido sobre o próprio trabalho, acarretando a perda de autonomia desses profissionais, o que os aproxima cada vez mais da classe operária.

A crescente urbanização, a expansão do ensino público e privado bem como a consequente hierarquização da organização escolar, com a figura do diretor e dos especialistas educacionais, também são fatores que resultaram na redução da autonomia dos professores. A padronização dos currículos escolares e programas de ensino contribuiu para uma diminuição na participação do professor no resultado do seu trabalho, tendo em vista que estas regulamentações influenciam no conteúdo que o professor deve ensinar e o modo como ele irá ensinar (TUMOLO; FONTANA, 2008).

Diante disso, conforme destaca Giroux (1997), os professores têm sua atuação reduzida ao papel de técnicos obedientes, apenas para executar os preceitos do programa curricular, e as escolas são simplesmente locais de instrução e de treinamento, destinados a transmitir para o estudante uma “cultura” e conjunto de habilidades comuns que os capacite a operarem com eficiência na sociedade.

As condições sob as quais os professores trabalham são reciprocamente determinadas pelos interesses e discursos hegemônicos, que Gramsci (1987) denomina de “controle de hegemonia ideológico”, o qual manipula a consciência e as práticas diárias que guiam o comportamento cotidiano, que se desenvolve através de um controle autoritário e práticas pedagógicas padronizadas e administráveis.

Contreras (2002) assevera que, como forma de resistência à racionalização do trabalho docente e sua desqualificação ideológica, os professores reclamam pelo status de profissionais. O ideal de profissionalismo enquanto representação de habilidades especializadas, responsabilidades e compromissos, parece satisfazer a necessidade de diferenciação e reconhecimento social da categoria dos professores.

Conforme destaca Romanowski (2007, p. 20), a profissão docente ainda está a caminho da profissionalização, que é:

[...] um processo através do qual os trabalhadores melhoram o seu estatuto, elevam seus rendimentos e aumentam o seu poder/autonomia. Ao invés, a proletarização provoca uma degradação do estatuto, dos rendimentos e do poder/autonomia; é útil sublinhar quatro elementos deste processo: a separação entre a concepção e a execução, a standardização das tarefas, a redução dos custos necessários à aquisição da força de trabalho e a intensificação das exigências em relação à atividade laboral.

Desse modo, a profissionalização aparece nesse contexto como uma saída defensiva dos profissionais docentes aos processos de perda de autonomia no trabalho e de desqualificação, visto que o trabalhador que perde o controle sobre seu

próprio processo de trabalho perde a noção de integridade do processo, passando a executar apenas uma parte das tarefas e alienando-se de sua concepção (RÉSES, 2012).

Conforme Lessard e Tardif (2008, p. 255), a concepção de professor como profissional é compreendida “no sentido de um reconhecimento de status pela sociedade e também como desenvolvimento, pelo próprio corpo docente, de um repertório de competências específicas e de saberes próprios”.

Nos debates nacionais sobre a profissionalização docente, as questões destacadas têm sido, principalmente, a desvalorização e descaracterização profissional. Os baixos níveis de salário, o exercício da docência por pessoas sem formação e qualificação necessária, com condições de trabalho muitas vezes insuficientes, constituem a pauta das constantes reivindicações.

Desta feita, a formação profissional do professor se apresenta como a ligação entre a profissão e a construção da identidade do educador ao formalizar a dinâmica social do seu trabalho docente. Realiza-se na medida em que se retrata como função social da escola a instrumentalização de um ensino no qual se possa vivenciar e garantir uma educação para a vida.

A partir disso, faz-se necessário repensar a atuação do professor no processo educacional, de modo a reconhecer suas competências intelectuais, que vão além de suas habilidades e técnicas, assim como a autonomia que este desenvolve na prática de ensino. Partindo dessa perspectiva, busca-se a emancipação do professor e o seu envolvimento nas questões sociais que se relacionam com as práticas pedagógicas.

Conforme destacam Pavani e Backes (2016), para combater a proletarização, torna-se fundamental entender a dimensão política de todo e qualquer conhecimento. Numa sociedade em que o conhecimento é uma condição cada vez mais importante na definição das fronteiras da inclusão e exclusão, não se deve enfatizar apenas o conhecimento nos processos educativos, mas também lutar para que ele seja gratuito e público para toda a vida.

De acordo com Moreira e Candau (2005, p. 23):

É necessário um destaque à necessidade de se pensar uma formação continuada que valorize tanto a prática realizada pelos docentes no cotidiano da escola quanto o conhecimento que provém das pesquisas realizadas na Universidade, de modo a articular teoria e prática na formação e na construção do conhecimento profissional do professor.

Desse modo, o investimento na formação se apresenta como ponto de partida para as possibilidades de melhoria da profissionalização e para a ressignificação da prática docente. A formação contribui para uma reflexão permanente direcionada à construção de uma educação que religa os saberes e vai ao encontro da dinâmica de desenvolvimento do ser humano.

Ocorre que as instituições de ensino, em geral, não apresentam as condições necessárias para a concretização desse projeto orgânico de educação, notadamente as escolas públicas, diante da precariedade das instalações físicas, de recursos materiais e bibliotecas. O pouco investimento na formação dos professores e a contínua desvalorização desses profissionais só amplia as dificuldades.

Conforme destaca Moraes (2004, p. 149), é necessário fazer uma crítica à concepção de conhecimento que vigora hoje no processo educacional, incluindo a educação escolar, na qual "a supremacia do saber-fazer desqualifica o esforço teórico à perda de tempo e à especulação metafísica".

Por possuírem condições de trabalho intensificadas pelas atividades secundárias que absorvem grande parte de seu tempo, pouco espaço resta ao professor para pensar sobre sua prática educativa, estabelecer novas possibilidades pedagógicas, rever suas estratégias e dinâmicas de ensino e até conversar com os demais professores e equipe pedagógica.

Em virtude desse empobrecimento dos conteúdos de seu trabalho, o professor se torna mais vulnerável às ofertas dos textos prontos, manuais elaborados e livros didáticos, confirmando uma tendência da "desintelectualização" do trabalho docente, ou seja, o desaparecimento de uma forma de trabalho intelectual que concentra o saber.

Segundo Moraes (2004), "desintelectualização" do professor e sua despolitização é efeito da retórica do conhecimento prático, que reafirma a suposta neutralidade da educação, propalada em nome de um saber técnico considerado útil em detrimento de um saber político, supostamente inútil ou perda de tempo.

Na dimensão de construção de um conhecimento que signifique uma ruptura com o processo de proletarização do professor, o conhecimento, além de servir para adaptar-se às exigências do mercado, deve ser uma ferramenta para compreender os processos de exclusão e controle e desenvolver experiências alternativas nas práticas político-pedagógicas.

Sob esse enfoque, o professor deve ser intelectual, devendo olhar para educação de forma crítica e ativa com responsabilidade e propósitos a serem realizados em sala de aula, mas que também se relacionem com a realidade social dos alunos, tendo em vista que a educação vai muito além dos muros escolares, pois os indivíduos são seres sociais.

Referindo-se ao indivíduo enquanto ser social, Marx (1998, p. 10) assevera que:

[...] a exteriorização da sua vida – ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros – é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou geral.

É de suma importância para a melhoria do processo educacional, portanto, que o professor estabeleça a ligação das ideias transmitidas aos alunos com a realidade em que estes estão inseridos, de modo a formar sujeitos mais reflexivos e críticos, aptos a viver em sociedade de forma livre, democrática e responsável.

Para que isso ocorra, faz-se necessário que o professor se desapegue de tradições, repensando e reformando sua metodologia de ensino tradicional para assumir seu potencial como profissional ativo e reflexivo, com poder intelectual de transformação da realidade em que está inserido.

### **2.1.2 A Formação Reflexiva para a Profissionalização do Docente**

Diante da questão da necessidade de profissionalização dos professores, muito se tem discutido nos dias atuais acerca da importância do professor enquanto profissional reflexivo. O atual processo educacional revela uma carência de um projeto político-pedagógico que inclua a comunidade, trazendo para a sala de aula as situações ocorridas no contexto social dos alunos, de modo a gerar uma aprendizagem dinâmica e progressiva.

Nessa perspectiva, Giroux (1997) desenvolve a concepção do professor como intelectual crítico, constituindo-se como profissional capaz de incorporar a análise dos

contextos escolares no contexto mais amplo da vida dos alunos, buscando, assim, firmar um compromisso emancipatório de transformação das desigualdades sociais.

No âmbito do processo de profissionalização, a formação docente e a ação profissional têm seu eixo central no processo reflexivo, e de acordo com Sacristán e Pérez Gómez (1998), não apenas como um processo psicológico individual, que se desvincula do contexto e interações, mas que esteja presente na imersão consciente da existência do homem no mundo. O autor entende, pois, que a reflexão não é um fim em si mesma, mas um instrumento possível e essencial para a realização de efetivas mudanças.

A prática reflexiva, portanto, necessita da realização de uma articulação investigativa sobre a prática docente entre as ações cotidianas e os contextos organizacionais mais amplos em que elas estão imersas, de modo a verificar as necessidades dos alunos não apenas no âmbito escolar, mas também em suas relações interpessoais. Isso porque a escola não se resume a estudo de fórmulas, regras e acontecimentos históricos, pois também representa um espaço econômico, cultural e social, sedimentada na transmissão de valores e conhecimentos.

Para realizar esse processo, é ideal que a reflexão do professor seja iniciada pela autoavaliação, através da mudança do pensamento, livrando-se de modelos de educação estáticos para agir de forma dinâmica, desenvolvendo métodos de ensino que levem em conta as necessidades de aprendizagem dos alunos, sua cultura e o meio onde vivem.

Nesse sentido, conforme destacam Meghioratti, Bortolozzi, Caldeira (2005, p. 2):

[...] o pensamento crítico que a formação de professores deveria promover é um pensamento que questiona a forma como a sociedade está estruturada e delineia possibilidades para a transformação social. Como formação reflexiva, entende-se o ato de pensar sobre as seguintes questões: Qual o conteúdo a ser ensinado? Qual a relação que esse conteúdo tem com aspectos sociais, culturais e econômicos? Como permitir que os alunos se apropriem desse conteúdo? Como avaliar se os alunos aprenderam o conteúdo a ser ensinado? Como a organização da escola está interferindo no trabalho docente? Ou seja, não só pensar a prática realizada, mas o conteúdo a ser ensinado e a crítica à sociedade.

Torna-se necessário, portanto, que o professor desempenhe a tarefa de inserir a escolarização na esfera política, esclarecendo o sistema para os alunos e mostrando-lhes o melhor caminho a seguir, construindo dessa forma um ser pensante

mais reflexivo, justo e humano, que seja determinado a superar injustiças econômicas, políticas e sociais.

Nessa perspectiva, a reflexão fornece subsídios para a reformulação das ações dos professores no desenvolver de sua vida profissional. Sob esse enfoque, o ato de refletir deve também ocorrer em relação ao contexto social do professor, na qual a reflexão desperta seu senso crítico sobre sua realidade.

Marx (1998, p. 25) afirma que “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Desta feita, a constituição da consciência e a criação das palavras e do conhecimento estão condicionadas pelo contexto em que o professor está inserido. Quando esta prática reflexiva é adquirida desde a sua formação inicial, torna-se parte da identidade profissional do professor.

Verifica-se, portanto, que a reflexão é um ato voluntário e consciente, cabendo ao docente refletir sobre as questões do meio em que está imerso. Freire (1997) destaca que existe um nível de consciência capaz de perceber as problemáticas advindas da realidade, mas que não estabelece relação com a criticidade. Isto é, não dialoga com a realidade, problematizando-a em seus fundamentos últimos.

Sob esse enfoque, é fundamental a formação continuada dos professores, tendo em vista que, conforme destaca Velloso (2015, p. 137): “Muitos profissionais, após saírem da universidade, costumam não retornar a ela para se aperfeiçoar ou até mesmo para reciclar seus conhecimentos. Isso deixa o professor desatualizado em muitos assuntos, fato que traz prejuízos às suas aulas”.

Diante disso, para poder desempenhar melhor seu papel no processo educacional, é de suma importância que os professores tenham uma formação em que a reflexão crítica seja o eixo articulador, devendo essa reflexão ser contemplada durante a formação inicial e continuada, para que os professores compreendam as questões que envolvem a profissão docente, como a proletarização, a profissionalização e o próprio papel da educação na formação dos alunos.

Nóvoa (1995, p. 27), nesse sentido, destaca que é necessário que o professor reflita de forma crítica para compreender a educação, seu papel e o processo de proletarização, lembrando que a “lógica da racionalidade técnica se opõe sempre ao desenvolvimento de uma práxis reflexiva”.

Desta feita, devem fazer parte do quadro profissional do professor a reflexão sobre a organização escolar em sua totalidade, o que envolve a autonomia de suas

ações profissionais, a compreensão da valorização de seu papel nas decisões, sua emancipação pessoal e profissional bem como a crítica à realidade do meio em que estes estão inseridos.

De acordo com Chauí (1995, p. 12), o pensamento crítico é desenvolvido a partir de duas características da atitude filosófica:

A primeira característica da atitude filosófica é negativa, isto é, um dizer não ao senso comum, aos pré-conceitos, aos pré-juízos, aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que “todo mundo diz e pensa”, ao estabelecido. A segunda característica é positiva, isto é, uma interrogação sobre o que são as coisas as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre o porquê disso tudo e de nós, e uma interrogação sobre como tudo isso é assim e não de outra maneira. O que é? Como é? Essas são as indagações fundamentais da atitude filosófica. A face negativa e positiva da atitude filosófica constitui o que chamamos atitude crítica e pensamento crítico.

Desta feita, a falta de autoconsciência bem como a consciência baseada na autoridade imposta pelos currículos e pelo próprio Estado dificultam o bom exercício da atividade profissional docente, pois o professor está cada vez mais submetido às regras existentes e as pratica por determinação e imposição de seus superiores.

Diante desse cenário, verifica-se que atualmente a autonomia docente restringe-se a decisões pedagógicas e administrativas no nível escolar ou acadêmico. A carreira do professor não é definida pelo próprio profissional, pois ele está submetido às políticas educacionais e carrega consigo, desde seus tempos de aluno, uma bagagem de teorias implícitas, crenças pedagógicas e hábitos institucionais que precisam ser refletidos diante do processo educacional.

Isso porque, conforme destaca Teles (2011, p. 69):

Desde cedo, os chamados “aparelhos ideológicos do Estado”, como família, a escola, a Igreja, os partidos políticos, colocam na nossa cabeça certa “visão de mundo”, certas explicações a respeito de tudo, como se fossem verdades inquestionáveis.

Essas “verdades” que são impostas ao longo da vida podem gerar certa alienação nos sujeitos, sendo fundamental o desenvolvimento da racionalidade crítica nos estudiosos. Cerletti (2009), nessa perspectiva, destaca que os espaços curriculares têm um papel central na tarefa de iniciar um olhar reflexivo e crítico sobre

a trajetória do docente, notadamente aqueles espaços voltados especificamente ao ensino de filosofia na formação inicial.

Segundo o mesmo autor (2009), sua função deveria permitir tematizar aqueles aspectos prévios e contribuir para que cada estudante construa uma proposta filosófico-pedagógica pessoal de maneira fundamentada e responsável.

Deste modo, a formação docente deve promover uma perspectiva crítica reflexiva, orientada na indagação e no questionamento, com vistas a propiciar um desenvolvimento do pensamento autônomo nos professores, para que estes construam sua identidade profissional baseada na experiência, na criticidade e diálogo com a realidade do meio em que estão imersos.

Faz-se necessário, portanto, repensar a experiência educativa como um processo construtivo, aberto, permanente, que articula saberes com as práticas realizadas nos diferentes espaços escolares. E conforme destaca Romanowski (2007), os professores são desafiados a participar dessa tarefa, tanto na constituição de uma identidade profissional como numa ação pedagógica que tenha por norte o enfrentamento dos problemas do cotidiano escolar, como na criação de alternativas no debate de proposições para a construção de uma nova prática social.

Nessa perspectiva, Sacristán e Pérez Gomes (1998) asseveram que discutir sobre a formação do professor é discutir acerca da manutenção do domínio e qualidade do conhecimento e das técnicas que envolvem a profissão docente, a competência e a eficácia profissional. Segundo o autor, constituiu-se como um compromisso com o processo educacional a preocupação com o desenvolvimento de uma ação educativa capaz de preparar alunos para a compreensão e transformação da sociedade.

O professor, portanto, deve ter uma formação orientada à racionalidade crítica, permeada pela valorização do conhecimento e pela observação social, interligando a sala de aula com o contexto social dos alunos e questionando as regras e conceitos até então tidos como imutáveis, refletindo, assim, de maneira intelectual sobre a sua profissão.

Nessa perspectiva, Gramsci (1987) inicia em sua obra o desenvolvimento de uma reflexão sobre a necessidade da formação de uma consciência crítica e de uma nova concepção de mundo dos grupos subalternos. É nesse campo reflexivo que já inicia o tratamento da questão dos intelectuais.

Nessa direção, Duriguetto (2014) aduz que uma das funções dos intelectuais é a de atuar nos processos de formação de uma consciência crítica e de construção de uma concepção de mundo unitária e coerente dos “simples”. Ou seja, que se estabeleça uma relação “orgânica” entre eles, condição essa necessária para a superação da natureza acrítica do senso comum e pela potencialização da capacidade intelectual e da eficácia da atividade política dos “simples”.

### **2.1.3 O Professor como Intelectual Orgânico e Transformador**

Utilizando-se da ampliação do conceito de intelectuais desenvolvido por Gramsci, Giroux (1997) leciona que os autênticos intelectuais não seriam apenas homens letrados, produtores e transmissores de ideias, mas também mediadores, legitimadores, produtores de ideias e práticas sociais.

Em sua obra, Gramsci (1987) divide os intelectuais em tradicionais, que seriam aqueles vinculados aos grupos sociais dominantes nos contextos socioeconômicos específicos do desenvolvimento histórico, e os intelectuais orgânicos, aqueles que fomentariam habilidades pedagógicas para criar uma consciência na classe trabalhadora.

O intelectual orgânico seria aquele indivíduo que representa determinada classe e desempenha funções culturais, políticas e educativas e, assim, assegura a continuidade histórica dos grupos por ele representados. Aquele capaz de desenvolver, de modo crítico e equilibrado, suas atividades manuais e físicas com sua atividade intelectual (GRAMSCI, 1987).

Desse modo, Gramsci estuda o intelectual orgânico como figura que analisa a cultura e os homens, que fornece consciência e homogeneidade às classes que ele representa. De acordo com o entendimento do autor:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1987, p. 3-4).

A partir dessa afirmação de Gramsci, podem ser identificados pelo menos quatro aspectos que caracterizam a categoria dos “intelectuais orgânicos”, quais

sejam: sua historicidade, seu papel político, o significado da sua organicidade e, por último, a sua condição a partir da vinculação com uma classe (SILVA, 2011).

Nessa perspectiva, infere-se que todo grupo social necessita da criação de intelectuais para a legitimação de sua posição. É nesse contexto da reflexão de Gramsci que aparece a expressão intelectual orgânico: aqueles intelectuais que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (DURIGUETTO, 2014).

De acordo com a reflexão de Gramsci (1987), a dimensão intelectual está presente em todas as atividades profissionais, vez que, segundo o autor, em qualquer trabalho físico existe um mínimo de qualificação técnica, ou seja, um mínimo de atividade intelectual criadora. É a partir dessa direção que ele afirma que “todos os homens são intelectuais”.

Diante disso, se para Gramsci todos os indivíduos são intelectuais, infere-se a partir desta máxima que o professor também é um intelectual. Isso porque o professor, em sua atividade política de ensinar, está diariamente formando ou pelo menos contribuindo para a formação de seus alunos, disseminando ideias, juízos morais e concepções de mundo.

O lugar ocupado pelo professor é um lugar hegemônico, pois ele ensina e influencia os estudantes, os quais estão inseridos no ambiente escolar. Ainda na esteira do conceito de intelectual de Gramsci, o professor é um intelectual que pode representar seus alunos enquanto grupo social, de maneira mais homogênea e crítica, tendo em vista que ele está em constante contato com os alunos, tendo contato com suas necessidades de aprendizado e seu cotidiano.

Percebe-se, portanto, que Gramsci não restringe o conceito de intelectual à atividade exercida por cada sujeito, mas ao contrário, amplia esse conceito, entendendo os intelectuais como representantes “do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social” (GRAMSCI, 1987, p. 21).

Pensar o intelectual orgânico, portanto, significa pensar a influência que ele tem na superestrutura, pois este é quem assume um papel hegemônico de formação de ideias e concepções de mundo, as quais influenciarão as decisões e atitudes de determinado grupo de pessoas.

Avançando em relação ao que Gramsci leciona sobre os intelectuais, Giroux (1997 p. 187) desenvolve o conceito de “intelectual transformador”, considerando que

“Os intelectuais transformadores podem fornecer a liderança moral, política e pedagógica para aqueles grupos que tomam por ponto de partida a análise crítica das condições de opressão”.

Nessa perspectiva, de acordo com o entendimento do autor, os professores são intelectuais transformadores, pois cabe a eles a tarefa de questionar as condições e posições políticas, econômicas e pedagógicas de seu trabalho, desempenhando esse papel de modo reflexivo e crítico, contribuindo, assim, para a formação de cidadãos ativos, empenhados em lutar por mudanças sociais e pela efetivação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Desta feita, de acordo com Giroux (1997, p. 21):

Ao se considerar os professores como intelectuais transformadores, torna-se possível esclarecer e recuperar a noção básica de que toda a atividade humana envolve alguma forma de pensamento. Isto é qualquer atividade, por mais rotineira que seja, depende em alguma medida, do funcionamento da inteligência. Esta é uma questão crucial, porque ao se argumentar que o uso da mente é uma parte básica de toda atividade humana, nós dignificamos a capacidade do homem de integrar pensamento e prática e, ao fazer isso, desvelamos o núcleo daquilo que significa considerar os professores como professor reflexivo.

O professor intelectual, portanto, está diretamente ligado à transformação social, uma vez que sua autonomia se dá através do pensamento crítico, da organização das novas formas de ação política e da busca pela modificação da realidade do meio em que está inserido, buscando, através de uma atuação orgânica, colaborar para a transformação social, buscando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária a partir de sua atuação em sala de aula.

Nesse processo, de acordo com Giroux (1997), uma das tarefas dos professores transformadores é propiciar aos estudantes os instrumentos críticos necessários para a compreensão e questionamento da realidade e, ao mesmo tempo, contribuir para que estes se apropriem do conhecimento e das habilidades que precisam para repensar o projeto de emancipação humana.

Nessa perspectiva, um dos possíveis caminhos para se pensar o professor como possível intelectual orgânico seria o estreitamento da sua relação com o aluno. Isso porque se faz essencial que o professor identifique as virtudes e necessidades dos alunos para que, a partir disso, possa planejar sua ação educativa, de modo que

o processo de aprendizagem seja articulado com a vida e a realidade do educando, com vistas a contribuir para a sua formação escolar e humana.

Para tanto, deve-se destacar a necessidade de construção de um processo de formação docente voltado à racionalidade crítica e observadora dos docentes, que estimule a autonomia e o desenvolvimento das habilidades metodológicas dos professores, para que estes tenham condições de contribuir de forma efetiva para o aprimoramento do processo educacional.

Sob esse enfoque, faz-se necessária a união entre a concepção da prática docente com o processo de emancipação dos próprios professores, favorecendo, desse modo, o desenvolvimento da reflexão crítica, tanto da realidade do meio em que estão inseridos como das próprias estruturas institucionais do ambiente em que trabalham.

A partir dessa conscientização e reflexão crítica acerca dos valores e ideais postos, os professores podem atuar como verdadeiros intelectuais orgânicos na transformação da realidade mecânica do processo educacional, contribuindo para formação de alunos mais racionais e reflexivos, que busquem se tornar cidadãos mais atuantes, respeitosos e empenhados na busca pela efetivação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para que seja efetivado esse processo, uma possível estratégia seria entrar em contato com a concepção de filosofia de mundo do aluno, isto é, sua filosofia espontânea, pois a partir de uma consciência crítica da realidade local dos alunos, o professor poderá desenvolver um projeto político-pedagógico voltado às particularidades de seus alunos, identificando suas necessidades e virtudes.

Diante disso, é necessário que o professor desenvolva uma atuação orgânica, para que tenha consciência sobre a importância de sua própria função, não apenas no campo produtivo, mas também no social e no político. A partir da consciência acerca das dificuldades que enfrenta e possuindo uma formação profissional adequada, o professor poderá se engajar socialmente na busca de condições para contribuir para uma educação de qualidade.

É essencial, portanto, que os professores sejam realmente comprometidos com a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, atuando como intelectuais verdadeiramente orgânicos, desenvolvendo um processo de educação voltado para a autonomia intelectual e crítica dos alunos, com vistas a transformação do processo

educacional vigente para que este realmente contribua para a formação de cidadãos mais conscientes e de uma sociedade mais democrática.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

#### **3.1 POPULAÇÃO ESTUDADA**

A população analisada é constituída por 15 discentes que compõem a 3° A do Ensino Médio, turno matutino, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Gadelha. E os vereadores da Câmara Municipal de Aparecida-PB. A referida escola está situada no Município de Aparecida-PB. O que motivou a escolha desse público foi a motivação dos mesmos nas aulas de filosofia, por estarem com um conteúdo filosófico considerável em relação às turmas de 1° e 2° séries e o número de alunos em relação aos outros dois terceiros da escola, pois a turma B tem um número bem reduzido e a turma C (Vespertino) um número bem maior.

A referida turma é constituída por 8 alunos do sexo feminino e 7 do sexo masculino. A faixa etária deste público é entre 16 a 21 anos de idade. A maioria dos mesmos reside na Zona Urbana e a menor parte tem acesso a transportes público, não inviabilizando as atividades, pois as mesmas serão aplicadas em horário de aula. Farão parte da pesquisa os alunos que consentirem participar, e sendo menor com o termo de consentimento assinado pelos pais.

#### **3.2 PLANO DE RECRUTAMENTO**

Em horário da aula, a pesquisa foi apresentada na turma de 3° Série A, turno matutino, da Escola Dr. José Gadelha e fizeram parte do devido projeto os discentes que estavam enquadrados nos três respectivos pontos: desejo em fazer parte do projeto, se menor de idade tenha o consentimento dos pais mediante assinatura do Termo de consentimento no devido prazo e tenha disponibilidade cronológica para a participação das atividades. E, para a assinatura dos termos pelos pais aconteceram na reunião de resultado do bimestre.

##### **3.2.1 Justificativa do Número de Participantes**

Devido a pesquisa ser qualitativa, a exigência de que os dados sejam avaliados de forma mais atenciosa por ter um caráter subjetivo, o número de participantes seja nesta proporção totalizando 15 pessoas.

Segundo, Yin (2016, p. 7):

A pesquisa qualitativa difere por sua capacidade de representar as visões e perspectivas dos participantes de um estudo. Capturar suas perspectivas pode ser um propósito importante de um estudo qualitativo. Assim, os eventos e ideias oriundos da pesquisa qualitativa podem representar os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam [...].

Os dados levantados na pesquisa proporcionaram uma visão mais atenciosa em relação ao papel do professor enquanto agente de transformação social, ou seja, um docente que não esteja preso apenas ao currículo, mas que viabiliza pela sua prática estratégias de envolvimento dos discentes na transformação da sociedade em que está inserido.

### **3.2.2 Classificação da Pesquisa**

A pesquisa será qualitativa, onde a quantidade de participantes favorece o bom acompanhamento e garante a qualidade para tal e, também prioriza o levantamento de dados que não poderiam ser tratados quantitativamente.

Para Minayo (2003, p. 16-18):

A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construto profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa-ação favorecerá a realidade empírica da pesquisa e a sua redefinição quando necessário de acordo com os resultados obtidos e assim a elaboração de uma metodologia capaz de enfatizar o papel do professor na qual se pretende.

É claro que a pesquisa-ação tem sido um método participativo desde sua origem, mas há muitas visões e utilizações do termo participação. Por um lado, existe extensa literatura dedicada à pesquisa-ação participativa, como se fosse possível ela não ser participativa, quando todo o mundo atingido pela mudança assim realizada participa dela, enquanto, por outro lado, outros a veem como um processo coletivo de consequências políticas (CARR; KEMMIS, 1986).

### **3.2.3 Instrumentos de Coleta de Dados e Local de Realização da Pesquisa**

Os 15 alunos da turma da 3º A que favoreceram a pesquisa participaram da mesma por meio de três perspectivas: observação das aulas, questionário, roda de conversas com roteiro. Posteriormente, analisou-se os dados reflexivamente e as contribuições à luz da pesquisa. Onde o primeiro passo foi a análise reflexiva, o segundo a crítica e consecutivamente o diagnóstico.

### **3.2.4 Local da Pesquisa**

Foi aplicada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Gadelha em Aparecida-PB na turma de 3º A, turno matutino pelo pesquisador, o professor Francisco Marcos Alves, e na câmara municipal da mesma cidade, pelos alunos da referida turma, tendo em vista a análise de resultados.

## **3.3 PROCESSO PARA OBTER O TCLE**

Na reunião promovida pela escola o pesquisador entregou aos pais o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE e marcada a data para que o mesmo seja devolvido por meio dos alunos que tiveram a liberdade de quererem ou não participar da pesquisa. Não sendo entregue no prazo o pesquisador entrou em contato com os pais para tomar ciência da resposta.

## **3.4 PROCESSO PARA OBTER O TALE**

O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido foi entregue aos alunos em uma reunião onde os mesmos tiveram a oportunidade de tomar ciência de como seria todo o andamento do projeto, ou seja, a sua metodologia. O responsável pelo TALE é o pesquisador que, deu o prazo de uma semana para que os alunos entregassem, caso não entregue no prazo os pais foram contatados para tomada de ciência da resposta.

## **3.5 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Os pais ou responsáveis, assim como os alunos foram assistidos pelo pesquisador durante toda a pesquisa para qualquer esclarecimento ou tomar

conhecimento dos dados em relação à pesquisa. Podendo o aluno retirar-se a qualquer momento da pesquisa sem nenhum prejuízo.

É importante frisar que foi guardado o direito ao anonimato e os alunos foram identificados por numerais sucessivamente: “Aluno 1”, “Aluno 2”,..... mas de modo algum os nomes dos envolvidos na pesquisa serão divulgados.

Os benefícios da pesquisa foram a melhor compreensão reflexiva e crítica do aluno acerca da filosofia, melhor compreensão do papel do professor de filosofia na sua formação, o melhor envolvimento na vida da sociedade e também uma metodologia mais apurada para o professor de filosofia melhor desempenhar o seu papel como agente de transformação social.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa esteve exposto são de constrangimento ao revelar informações ao pesquisador e ter os resultados divulgados. Esses riscos foram minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não colocou o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas o pesquisador Francisco Marcos Alves aplicou o questionário e somente o pesquisador Francisco Marcos Alves e o professor(a) orientador(a) responsável Dr. Francisco Ramos Neves manusearam e guardaram os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta à vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

### 3.6 INTERVENÇÃO

De acordo com a proposta do trabalho, foram levantados textos que possibilitaram a reflexão e motivação aos alunos, como por exemplo: O Analfabeto político de Brecht e o de Giroux que versa sobre o papel do professor, para que esses pudessem participar do projeto de forma mais eficiente. Após a apresentação do projeto aos pais ou responsáveis na reunião de pais, foi apresentado para os alunos, logo após apresentamos aos interessados um questionário prévio. Em seguida aplicou-se os textos que versam sobre a tomada de consciência política e transformação social, roda de conversa, e após esses três passos realizou-se uma visita à Câmara Legislativa do Município de Aparecida-PB para participação de uma

sessão ordinária, onde os alunos apreciaram como realizava-se as tomadas de decisão no Poder Legislativo. Posteriormente, realizou-se a aplicação de um questionário sobre os impactos que estes passos proporcionam ou provocam na vida dos alunos. Depois, a análise dos dados apresentados, que supostamente levantaram dados que corroborem a pesquisa realizada.

#### 4. RESULTADOS

Após a aplicação do questionário à 15 alunos do 3º A da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Gadelha em Aparecida-PB, foi realizada a análise das respostas dos alunos. Os questionários foram divididos em dois momentos: início e final da intervenção.

No início da intervenção foi questionado aos alunos se a filosofia teria alguma influência sobre suas vidas, e qual, os 15 alunos responderem que sim que a filosofia apresenta uma forte influência nas suas vidas. O quadro a seguir apresenta as respostas dos alunos sobre a influência da filosofia na vida de cada um deles frisando que os nomes foram guardados e cada um é identificado apenas por números (Quadro 1).

Na primeira questão os resultados demonstraram um elevado grau de importância dada por tais alunos à filosofia no seu cotidiano e formação acadêmica. No entanto, devemos considerar, que os educandos se mostraram sem domínio de conjecturas filosóficas. Mas, podemos enfatizar que os mesmos apresentaram coerência em suas respostas, articulando seus conhecimentos prévios sobre a filosofia.

**Quadro 1.** Respostas da primeira pergunta no início da intervenção realizada com alunos do 3º A da Escola Estadual Fundamental e Médio Dr. José Gadelha, Aparecida-PB.

Aluno	1-) A filosofia tem alguma importância para sua vida? Qual?
1.	A filosofia é a busca constante do conhecimento, da verdade, é um olhar para dentro de nós mesmos, está sempre à procura de respostas nos faz refletir, criticar e argumentar. Ela nos desafia a despertar nosso espírito crítico, para que possamos ter uma visão clara diante dos fatos da vida.
2.	A filosofia é muito importante, pois ela nos ajuda a descobrir mistérios da nossa vida.
3.	Sim. Ajuda a compreender a história que eu vivo, buscando trazer a realidade para tudo que eu penso ou falo.
4.	Sim, a filosofia nos dá a explicação necessária dos acontecimentos passados e alguns no meio atual, contemporâneo em que interagimos.
5.	Sim. A filosofia educa as pessoas e mostra o bom senso.
6.	Sim, a filosofia é muito importante para nós, embora muitos não saibam da sua importância. Ela nos ajuda a desvendar os mistérios e histórias da nossa existência e compreender o porquê e a razão fundamental para tudo o que existe.

7.	Sim, aprimorar nossa sabedoria para ter uma melhor noção sobre a vida e encontrar algum significado para a mesma.
8.	Sim, aprimorar nossa sabedoria para ter uma melhor noção sobre a vida.
9.	A filosofia nos ajuda a desvendar os mistérios e história da nossa existência e porquê ou a razão fundamental para tudo que existe.
10.	A filosofia tem uma grande importância na nossa vida, pois com ela podemos entender melhor o que é a política, entender como funciona os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
11.	A Filosofia é muito importante para nós, embora muitos não saibam da sua importância. Ela nos ajuda desvendar os mistérios e histórias da nossa existência, e compreender o porquê e a razão fundamental para tudo o que existe. E ela nos desafia a despertar nosso espírito crítico, para que possamos ter uma visão clara diante dos fatos da vida e dos extremos da natureza humana como a vida e morte.
12.	A Filosofia é muito importante para nós, embora muitos não saibam da sua importância. Ela nos ajuda desvendar os mistérios e histórias da nossa existência, e compreender o porquê e a razão fundamental para tudo o que existe.
13.	A filosofia é muito importante para nós, embora muitos não saibam da sua importância. Ela nos ajuda desvendar os mistérios e histórias da nossa existência, e compreender o porquê e a razão fundamental para tudo o que existe.
14.	Sim, a filosofia de certa forma nós faz entender nossa história desde o início, mostrando pontos de vista diferentes ao mesmo tempo ela nos ajuda a destacar um porque sobre tudo que existe.
15.	Sim, ela colabora em vários âmbitos, nos dando mais conhecimentos e raciocínios lógicos.

Averigua-se no segundo quadro a opinião dos alunos sobre política. Na segunda questão os mesmos demonstraram divergentes opiniões, mais dentro do contexto social e político do qual estamos inseridos (Quadro 2).

**Quadro 2.** Respostas da segunda pergunta no início da intervenção realizada com alunos do 3º A da Escola Estadual Fundamental e Médio Dr. José Gadelha, Aparecida-PB.

Aluno	2-) Qual a sua opinião sobre o que é política?
1.	Polícia é o ato de governar, de tomar decisões, a política é ligada ao governo, as suas decisões e aí conceito de estado. A política está intimamente ligada a tudo que o governo realiza. É necessário que os governantes tomem decisões que atendam principalmente as necessidades dos cidadãos.
2.	A política é quando elegermos pessoas para nos representar e representar o interesse do povo.
3.	É uma forma de criar leis e construir um lugar melhor de viver.
4.	A política atual, não vem trabalhando totalmente a favor da população brasileira, pelo alto índice de corrupção que existe atualmente.
5.	Na minha opinião política é tudo que envolve votação.
6.	A triste situação política que está ocorrendo no nosso país não é boa, pois a produtividade nos nossos governantes que poderiam ser utilizadas para o estudo e aprovação de leis que contribuam para o progresso da nossa nação não está sendo bem utilizada a favor da população brasileira.
7.	Política é quando o cidadão exerce seus direitos em assuntos políticos, utilizando de sua opinião como escolha de algo melhor para a população.
8.	Política, em meu ponto de vista, é quando o cidadão exerce seus direitos de acordo com assuntos em que traga melhorias para a vida da população.
9.	É a forma de escolher nossos governantes.
10.	A política é uma arte de dialogar, onde as pessoas se dirigem a pessoas que fazem parte do poder Legislativo, Judiciário e Executivo.
11.	Eu vejo a política como uma "arte" de governar, administrar nações ou Estados.
12.	Algo essencial que coordena alguma região, mas que em muitos lugares é desigual ou ela está sendo usada para o benefício da pessoa na política e não a população que é uma das coisas essenciais na política e que está cada vez mais aborrecida com a mesma.
13.	Eu vejo a política uma coisa suja, pessoas entram na política pela sua necessidade e não pela da população.
14.	Em definição política quer dizer arte ou ciência de governar, é uma administração de estado, cidades ou governo também conhecida como um ponto de autoridade sobre cada ambiente.
15.	Política é o meio em que deve colaborar com o crescimento de uma nação e um todo, visando da todo um suporte a sua população, ao seu povo.

O professor exerce um papel de suma importância para o desenvolvimento de uma sociedade, outrossim que o mesmo atua como um formador de opinião que precisa intencional a concretização de condições pedagógicas pautadas em princípios éticos, políticos e estéticos que promovam a apreensão, entendimento e apropriação do saber, além do senso crítico e intelectual de cada um.

Nessa conjectura, ao final da intervenção realizou-se uma visita a Câmara municipal da cidade de Aparecida, o quadro a seguir apresenta a opinião dos alunos acerca da política de sua cidade (Quadro 3).

**Quadro 3.** Respostas da primeira pergunta no final da intervenção e visita à Câmara municipal da cidade de Aparecida-PB.

Aluno	1-) Após a análise dos textos referente a política e a visita à Câmara municipal, qual a sua opinião sobre a política?
1.	Muitos dos políticos fazem falsas promessas para o povo, apenas para conseguir o seu voto. Eles não querem o melhor para os cidadãos e sim o melhor para eles. Os chamados representantes do povo na esfera política, estão nela pelas mordomias as custas do povo. Ser político deveria ser uma vocação para servir a sociedade e o país mas tem sido meio de vida rentável para muitos.
2.	Na minha opinião a política é uma forma de algumas pessoas que fazem promessas de ajudar o povo de roubaram o dinheiro que é do povo.
3.	A política é uma forma de governo, que serve para governar uma nação de forma certa, criando leis que possam melhorar os estados, cidades e o país.
4.	A Política atual em nosso município vem trabalhando em áreas específicas e fez com que tivéssemos outra visão e um conhecimento geral do que vem acontecendo.
5.	A política é um fator primordial para escolher alguém que represente a sociedade e lev e o de melhor para a mesma.
6.	Atualmente a política da minha cidade está voltada apenas para os vereadores e o prefeito, em nenhum momento vi algum deles opinar por melhorias ou até mesmo projetos que possa melhorar nosso dia a dia, vejo a política de Aparecida como uma das piores da região pois eles não pensam na população e sim neles mesmo com fome de poder e ganancia.
7.	Que realmente é quando o cidadão cumpri com seus direitos em assuntos políticos, utilizando de sua opinião e voto como escolha de algo melhor para a população.
8.	Que quando se refere a assuntos políticos, o cidadão deve cumprir com a lei utilizando o voto de modo que favoreça a população independente de qual partido seja.
9.	Eu entendo que política e muito mais do que escolher governantes e sim, escolher pessoas sérias com responsabilidades que possam cuidar, administrar nossas cidades, estados e país.

10.	A política serve para muitas coisas, para dialogar, criar leis, ajudar a população.
11.	A política atual está muito corrompida, existem políticos sérios, mas a maioria que são corruptos impedem de ser feito algum benefício em prol da população.
12.	A Câmara é o órgão legislativo municipal. É ela que trabalha na formulação das leis municipais, na aprovação ou veto das ações que a prefeitura deseja fazer. Além disso, cabe a ela fiscalizar as receitas e despesas do município.
13.	A política atual está muito corrompida, existem políticos sérios, mas a maioria que são corruptos impedem de ser feito algum benefício em prol da população.
14.	Em meio a política existe muita corrupção, infelizmente nem todo ambiente é bem governado alguns representantes usam suas artimanhas para desviar dinheiro público, eliminando as porcentagens de chances sobre melhoria da Educação, saúde e até lazer.
15.	A política deveria atuar em vários âmbitos e girar em torno de vários meios, onde um precisado outro para que ocorra uma política bem-sucedida e que vise suprir as necessidades que há em cada parte de uma nação ainda que não haja toda essa colaboração.

Após a intervenção e visita a Câmara municipal, os alunos foram submetidos a mais um questionário, os mesmos através da prática puderam compreender e se conscientizarem da importância que o professor de filosofia e a filosofia contribuem na vida política. Os alunos mostraram diversas opiniões por meio dos textos referentes a política ensinados e repassados pelo professor (Quadro 4).

**Quadro 4.** Respostas da segunda pergunta no final da intervenção realizada com alunos do 3º A da Escola Estadual Fundamental e Médio Dr. José Gadelha, Aparecida-PB.

<b>Aluno</b>	<b>2-) Você concorda que o professor de filosofia pode colaborar na tomada de consciência sobre a importância na vida política? De que modo?</b>
1.	Concordo. O educador desempenha um papel de grande importância para o desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que o mesmo atua como um formador de opinião que deve intencionar a efetuação de condições pedagógicas pautadas em princípios éticos, políticos e estéticos que propiciem a apreensão, compreensão e apropriação do saber.
2.	Sim, acho que o professor é muito importante para formamos um pensamento de honestidade para termos mais pessoas competentes e honestas não pode.
3.	Sim. Falando sobre as formas certas de como deveria funcionar a vida política e abrindo passagens dos seus conhecimentos filosóficos da idade antiga na política que vivemos agora.
4.	Sim, facilitando a compreensão e apresentando novas áreas de um todo.

5.	Sim. A partir do momento em que o professor chega em sala de aula e ensina o que é política, o papel do político, como escolher um bom político, já muda totalmente a consciência da sociedade, principalmente, dos jovens.
6.	Sim, repassando seus conhecimentos gerais na filosofia e ajudando os alunos a compreender melhor a política de cada cidade, fazendo assim com que eles possam ter mais participação no meio político questionando sobre projetos, idas e vindas de verbas para o município e ao mesmo tempo tomando gosto para futuramente pode ingressar no meio político também, pois hoje em dia a falta de jovem na política é grande.
7.	Sim, tirando uma aula de vez em quando para debater um pouco sobre a política do seu país e fazendo com que os seus alunos cresçam com consciência no que é melhor para ele e para a população.
8.	Sim, tirando uma aula de vez em quando para debater assuntos políticos, pois pode até influenciar de boa forma no momento em que um aluno vai escolher seu referido candidato em eleições políticas
9.	Sim, pois ao nos levar na Câmara Municipal pode nos mostrar como funciona o poder legislativo de nossa cidade.
10.	Sim, de um modo onde ele pode explicar mais sobre a política para as pessoas que sabem pouco sobre a mesma, fazendo com que essas pessoas entendam mais sobre a política e saibam quando procurar seus direitos.
11.	Eu acho que sim, pois a filosofia nos faz questionar. E precisamos questionar os governantes sobre atitudes tomadas, dinheiro investido e propostas de governo. A filosofia nos mostra o que é a política realmente.
12.	Sim, dando os seus conselhos e falando e mostrando o que é realmente a política e conversando com as pessoas dizendo como se é a política nos dias de hoje.
13.	Eu acho que sim, pois a filosofia nos faz questionar. E precisamos questionar os governantes sobre atitudes tomadas, dinheiro investido e propostas de governo. A filosofia nos mostra o que é a política realmente.
14.	Sim, poderia haver melhora por um certo professor ter contato diário e por ter entendimento mais aprofundado sobre o termo política assim com seus estudos e ideias ajudaria destacando os pontos positivos e negativos, fazendo com que houvesse sim melhoria na administração.
15.	Sim, para um aumento de conhecimento e razões lógicas na explicação de tais fatos ocorridos tanto na sociedade passada quanto na contemporânea.

Em relação a visita à Câmara municipal os alunos foram separados em equipes, as quais realizaram alguns questionamentos aos vereadores, sobre diversos assuntos, tais como: autismo, deficientes auditivos, saúde pública e funcionamento da Câmara municipal.

Sobre o autismo os vereadores afirmaram que o município vem buscando a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, onde na parte do autismo, foi criada uma lei em que todos os estabelecimentos do município tenham o símbolo que representa o autismo, para que tenham atendimento preferencial, e também foi criada a lei em que todo dia 5 de abril seja o dia do autismo em nosso município. Já para os deficientes auditivos ressaltaram que a qualidade de vida dos deficientes auditivos dependia de vários outros fatores, pois não compete aos vereadores fazer isso, essa solicitação tem que partir do gestor do município. Porém, os mesmos podem fazer requerimentos solicitando a vinda de intérpretes pelo levantamento dos que necessitam.

Quanto à saúde pública foram questionados como as falhas o município poderia combater as falhas na saúde e a falta de profissionais nas unidades básicas de saúde na cidade, demonstraram que essas falhas não estão apenas na cidade, mais também em outras comunidades da cidade e como combater a falta de profissional é realizando um concurso público.

Finalizando os questionamentos, a última indagação abordou sobre o que poderia ser realizado para melhoria do funcionamento da Câmara, foi ressaltado que na atual gestão já foram realizadas grandes inovações, dentre elas a Tribuna do Povo, sendo que a população participa das sessões opinando e sugerindo ideias para o melhor funcionamento e desenvolvimento do município.

## 5. DISCUSSÃO

Destarte, para a concretização do trabalho desenvolvido pelo professor, o qual lida frequentemente com as diversas singularidades referentes ao ser humano, e oferecida à complexidade de tal trabalho, e para um melhor execução de uma práxis educativa eficiente, eficaz e competente é indispensável uma sólida formação, composta por bases teóricas e práticas que edifiquem o saber/fazer do educador de forma clara, direcionada, intencional, com objetivos, conteúdos, estratégias de ensino e finalidades sociopolíticas determinados em nome de um projeto social e educacional que supra às necessidades e interesses de todos, indistintamente, e, especialmente, das classes sociais historicamente menos beneficiadas.

Nessa conjectura, Giroux (1997) configura a concepção do professor como intelectual crítico, estabelecendo-se como um profissional capaz de instigar a curiosidade de seus alunos, o senso crítico, além de incorporar a análise dos argumentos escolares na totalidade mais ampla da vida de seus alunos, procurando, assim, firmar um compromisso emancipatório de transformação das desigualdades sociais.

Assim, Nunes, Araújo e Silva (2012) ressaltam que a Filosofia se estabelece como um dos embasamentos essenciais na composição e implantação da maioria dos currículos alusivos aos cursos de licenciaturas enquanto cursos de formação de professores.

Nesse contexto, após a intervenção do professor na turma do 3º A, os alunos demonstraram uma reflexão mais profunda sobre a formação integral do ser humano, preocupando-se tanto com o cultivo do corpo e do intelecto baseando-se em princípios e ensinamentos morais e éticos. Contudo, os textos utilizados em sala de aula proporcionaram uma reflexão profunda da realidade levando a compreensão que a história se compõem de probabilidades e não de determinações, incumbindo aos indivíduos, uma oportunidade de estabelecer a sua realidade, de interferir, de ter curiosidade, de questionar algo que ocorra de certa maneira e não de outra.

Mediante os questionamentos e opiniões dos alunos pode-se assim, compreender que o professor de filosofia, tendo como embasamento a fundamentação teórica e prática propiciou uma transformação social nos alunos, além de despertar e instigar o senso crítico e intelectual dos educandos.

De acordo com Luckesi (1994) a tendência “crítica”, entende que a educação mesmo dentro de seus condicionantes, atua para transformar a sociedade, outrossim, a educação é uma instância social, dentre outras, na luta pela transformação social. Tal convergência não põe a educação a serviço da conservação, mas sugere que é possível compreender a educação na sociedade, com probabilidade de trabalhar pela sua democratização.

Em relação ao conceito de intelectual Giroux (1997) discorre sobre sua utilidade, em três esferas, para a prática docente. Conforme esse autor, a primeira utilidade ficaria na base teórica que o conceito apresenta, proporcionando a superação da definição simplesmente instrumental para a prática pedagógica; a segunda utilidade jaz na consideração das categorias ideológicas e práticas para que o trabalho intelectual aconteça; finalizando, a terceira utilidade estaria na sua colaboração para a explicação acerca dos papéis que o professor pode exercer na sociedade.

Segundo Freire (2005) ser professor estabelece sempre uma tomada de posição, uma determinação, uma ruptura. Assim, a prática docente se faz intelectual orgânica e, principalmente, transformadora, quando o professor reconhece que o seu exercício não é neutro, que ele necessita assumir suas opções históricas e políticas.

Para Saviani (2008) essa transformação é o processo através do qual escolhem do conjunto do saber sistematizado, as informações ressaltantes para o crescimento intelectual dos alunos e instituem essas informações numa maneira, numa sequência tal que propicie a sua absorção.

É evidente que o papel docente não apresenta a produção de conhecimento como fim, porém o conhecimento é o componente através do qual a profissão está sua existência. Com isso, para o docente, o conhecimento que ele pode produzir, principalmente se pondera sua dimensão intelectual, é aquele que abrange as precisões particulares, pontuais e urgentes de sua prática.

## 6. CONCLUSÕES

Após a realização de todas as fases desta pesquisa bibliográfica e de campo, com o intuito de demonstrar a importância do professor de filosofia na transformação social dos alunos, pode-se perceber que os objetivos deste estudo foram alcançados enquanto sinalização de um projeto que venha se pautar na perspectiva de uma sala de aula onde teoria e prática caminhem de mãos juntas, o que Marx chama de práxis, pois devido as intervenções por meio dos textos repassados aos alunos pelo o professor, os alunos compreenderam a importância da filosofia na construção do processo de formação dos mesmos voltado à racionalidade crítica e observadora, estimulando a autonomia e o desenvolvimento social, político e econômico. Algo que não se encerra apenas na intervenção realizada, mas que aponta para uma nova dinâmica.

É mister que a filosofia como um modo de entender as relações instituídas no mundo, pode proporcionar uma reflexão profunda das problemáticas atuais e existentes no contexto social, político e econômico, estabelecendo uma fundamentação teórica alimentada pela realidade vivenciada e concreta, que impede o discente de manter na estagnação e não se conformar com o poder designado pelas classes influentes, entendendo que não necessita, estar leigos às decisões políticas que advém sobre sua realidade. Muito mais de que uma definição puramente do modelo tradicional que a filosofia seja simplesmente compreendida como uma crítica radical e totalizante acerca de qualquer problema que seja do existencial humano, a mesma se impõe ao longo dos séculos muito mais do que isso, propondo aos que estão envolvidos em sua dimensão possam mergulhar em seu modo de se apresentar ao mundo das relações interpessoais.

É muito comum em nossas salas de aula percebermos o quanto os discentes e docentes tem desempenhado apenas uma relação institucional no cultivo de uma cultura puramente hegemônica que corrobora as práticas de aburguesamento, onde a escola diz o que deve ser ensinado, o professor ensina e o “aluno” aprende. Se o indivíduo que deve ser o próprio protagonista de sua formação e se impor no mundo que estar posto é menosprezado a partir de sua própria definição de “sem conhecimento”, percebemos que ele não é importante no processo que estar inserido e que é apenas matéria prima para perpetuação da formação reprodutora. Outro dado é importante na perspectiva da realidade do docente: num país em que é direito

universal a educação, o Estado que põe a todos como seus capachos, a sujeição ao ofício de professor dar-se pela sobrevivência a troco de um salário não conciliador com suas necessidades, tendo que deste modo sobrecarregar-se de inúmeras aulas para ter condições mínimas de suprir suas necessidades para continuar trabalhando, uma espécie de escravidão colaborativa do indivíduo que mantém o eu opressor no poder para continuar a viver. Deste modo, muitos professores acabam se acomodando com o sistema e acham até que não adianta querer propor uma ação reflexiva a começar na sua própria atividade docente.

O professor de filosofia como agente de transformação social é uma temática que se desenvolve com o intuito de trazer à tona a importância da filosofia no Ensino Médio, que apesar de se caracterizar em nosso país como uma disciplina um tanto sem muita importância pelo sistema, mas é a única que tem o potencial invasivo pela sua própria característica de adentrar ao universo dos indivíduos: seja docente, discente e gestão para travar um diálogo crítico e possibilitar a transformação do campo comum onde se é travado esse processo e resultar a transformação.

A transformação social não é uma coisa imediata que estabelece com uma canetada. Ela parte de uma tomada de consciência. E essa consciência nasce do processo de ensino e aprendizagem crítico que a filosofia proporciona aos que estão envolvidos. É nessa perspectiva que enalteçamos a importância da prática reflexiva de se estabelecer um ensino em que os educandos também eduquem e os discentes também sejam educados. Para isso não é preciso que se invertam os supostos papéis, mas que ninguém se apegue para si as supostas verdades pré estabelecidas. Pois, a capacidade de se reinventar devem estar sempre incutidas em nossas salas de aula.

Deste modo, ressaltamos que o referido trabalho atingiu sua meta pela capacidade de instigação à escola, professores e educandos a uma busca de provocar uma formação transformadora, onde as pessoas alcancem a autonomia e sejam protagonistas de sua própria história e não apenas meras expectadoras do sistema educacional reprodutor de uma sociedade que estar condicionada ao fracasso.

## 7. REFERÊNCIAS

CARR, W.; KEMMIS, S. **Becoming critical Becoming critical: Becoming critical knowing through action research**. Londres: Falmer Press, 1986. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>> acesso em 22, Jun. 2018

CERLETTI, Alexandre. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Cadernos 1 (1929-1930) e 8 (1931-1932). In: **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. **O ofício de professor**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LINS, Carla Patrícia Acioli. Processo de profissionalização docente: o contexto das práticas. **Revista do programa de pós-graduação em sociologia da UFPE**, Est. Soc. [online], 2013, v.1, n. 19. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiX\\_rTtrNLXAhXTI5AKHWs3D7UQFghBMAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.revista.ufpe.br%2Frevsocio%2Findex.php%2Frevista%2Farticle%2Fview%2F359%2F309&usg=AOvVaw1soRiwFNaf7Cf8QCLCyA](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiX_rTtrNLXAhXTI5AKHWs3D7UQFghBMAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.revista.ufpe.br%2Frevsocio%2Findex.php%2Frevista%2Farticle%2Fview%2F359%2F309&usg=AOvVaw1soRiwFNaf7Cf8QCLCyA)> Acesso em: 10 nov. 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida; BORTOLOZZI, Jehud; CALDEIRA, Ana Maria de Andrade. A construção da ciência e o ensino de ciências. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, v. 5, p. 1/03-3, 2005. Disponível em: <[http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/QEt3ntns1ShfOJU\\_2013-6-28-12-7-40.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/QEt3ntns1ShfOJU_2013-6-28-12-7-40.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORAES, M. C. M. Incertezas nas práticas de formação e no conhecimento docente. In: A. F. B. Moreira, J. A Pacheco, & R. L. Garcia (Org.), **Currículo: Pensar, sentir e diferir**. 2004. Rio de Janeiro: DP&A.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. In: **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção Educação para todos; 6).

NÓVOA. Antônio. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote: 1995.

NUNES, M. do C. P.; ARAÚJO, N. de S.; SILVA, M. J. de A. da. **A importância da filosofia na formação do educador: uma reflexão a partir de substratos teóricos e pesquisa de campo em uma universidade em Paranaíba-PI**. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012. 16p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, n. especial 1, p. 17-35, 2010. Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <[http://www.unitau.com.br/files/arquivos/category\\_114/construcao\\_politica\\_da\\_profissao\\_docente\\_1382374969.pdf](http://www.unitau.com.br/files/arquivos/category_114/construcao_politica_da_profissao_docente_1382374969.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017.

PAVAN, Ruth; BACKES, José Benício. O processo de (des)proletarização do professor da educação básica. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 29, n. 2, p. 35-58. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v29n2/v29n2a03.pdf>> Acesso em: 9 nov. 2017.

RÉSES, Erlando Silva. Singularidade da profissão de professor e proletarização do trabalho docente na Educação Básica. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 419-452, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/20872>> Acesso em: 10 nov. 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: IBPEX, 2007.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. **Comprender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, José Santana da. Intelectual orgânico: organizador, educador e dirigente político. **Revista PLURAIS – Virtual** – v. 1, n. 1 - 2011 – p. 84-105. Disponível em: <[www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/102/166](http://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/102/166)> Acesso em: 9 nov. 2017.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Filosofia para jovens: uma iniciação à filosofia**. 19 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e Sociedade**, .29 n.102 Campinas jan./abr. 2008, p. 1-11. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN06%20TUMOLO,%20P.%20FONTANA,%20K.%20B.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2017.

VELLOSO, Renato. **Lecionando Filosofia para adolescentes: práticas pedagógicas para o ensino médio**. 2 ed. rev. e ampl. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

## Anexos



**Governo do Estado do Rio Grande do Norte**  
**Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE –**  
**UERN**  
 Campus Caicó  
 Curso de Mestrado Profissional em Filosofia

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

#### Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “Professor de Filosofia como agente de transformação social” na Escola Estadual Dr. José Gadelha de Aparecida-PB”. Coordenada pelo (a) **Prof. Francisco Marcos Alves** que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, seu/ sua filho (a) será submetido ao seguinte procedimento: 1) Será observado(a) nas situações de sala de aula; 2) responderá a questionários; 3) Participará de entrevistas, cuja responsabilidade de aplicação é de Francisco Marcos Alves, mestrando em Filosofia, no Mestrado Profissional em Filosofia, do Campus “Caicó”, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de pesquisa qualitativa.

Essa pesquisa tem como OBJETIVOS:

#### 1.1.1 Objetivo Geral:

Identificar como o professor de Filosofia do Ensino Médio poderá influenciar na formação dos alunos quanto à prática na vida da sociedade. Ressaltando-se a importância que tem o professor como agente provocador da transformação social e em ser um intelectual livre, e não um simples técnico da educação que repassa o que está posto pelo currículo, conforme o pensamento de Giroux e Gramsci. É necessário destacar que o conhecimento adquirido se torne uma espécie de mapa que norteie as aulas e, conseqüentemente proporcione aos envolvidos o conhecimento filosófico.

### 1.1.2 Objetivos Específicos:

- Problematizar a participação da atuação do professor na formação do discente de filosofia no Ensino Médio;
- Elaborar eixos norteadores para a sistematização de aulas de Filosofia no Ensino Médio que atenda às expectativas quanto à participação na vida em sociedade;
- Provocar no ambiente escolar em que o projeto será aplicado um olhar crítico em relação às exigências curriculares.

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de desenvolver em nossos estudantes as competências ligada a criatividade, construção argumentativa, ao aprimoramento das capacidades crítico-reflexivas e a construção de laço afetivos e sociais sólidos e seguros

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de constrangimento ao revelar informações ao pesquisador e ter os resultados divulgados. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas o pesquisador Francisco Marcos Alves aplicará o questionário e somente o pesquisador Francisco Marcos Alves e o professor(a) orientador(a) responsável Dr. Francisco Ramos Neves poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta à vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em CD-ROM e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável no Departamento de Filosofia do Campus Caicó, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador Francisco

Marcos Alves da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Caicó, no endereço Travessa Manoel Isidro Rocha, 05- Jardim Sorrilandia I- Sousa-PB, celular: (83) 999067326. Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** -Campus Universitário Central - Centro de Convivência. BR 110, KM 48 Rua: Prof. Antonio Campos, S/N, Costa e Silva.Tel: (84) 3312-7032. e-mail: cep@uern.br / CEP 59.610-090.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do (a)pesquisador(a)Francisco Marcos Alves.

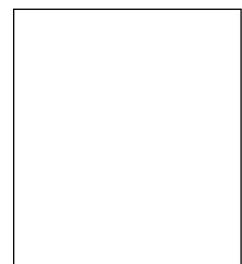
Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

### **Consentimento Livre**

Concordo em participar desta pesquisa “Professor de Filosofia como agente de transformação social” na Escola Estadual Dr. José Gadelha-Aparecida-PB. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais meu/ minha filho (a) será submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador



---

Assinatura do Participante

**Aluno Francisco Marcos Alves (Aluno-pesquisador)** - Aluno do Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, no endereço Av. Rio Branco, 725, Centro , CEP– 59300-000, Caicó–RN. Tel.(84) 3421-6513.

**Prof(a). Dr. Francisco Ramos Neves (Orientador da Pesquisa – Pesquisador Responsável)**

**Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** -Campus Universitário Central - Centro de Convivência. BR 110, KM 48 Rua: Prof. Antonio Campos, S/N, Costa e Silva.Tel: (84) 3312-7032. e-mail: cep@uern.br / CEP 59.610-090.



**Governo do Estado do Rio Grande do Norte**  
**Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC**  
**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE –**  
**UERN**  
*Campus Caicó*  
*Curso de Mestrado Profissional em Filosofia*

### **TERMO ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro que estou ciente e concordo em participar do estudo “Professor de Filosofia como agente de transformação social” na Escola Estadual Dr. José Gadelha de Aparecida- PB coordenada pelo (a)**Prof. Francisco Marcos Alves** que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido ao seguinte procedimento: 1) Será observado(a) nas situações de sala de aula; 2) responderá a questionários; 3) Participará de entrevistas, cuja responsabilidade de aplicação é de Francisco Marcos Alves, mestrando em Filosofia, no Mestrado Profissional em Filosofia, do Campus “Caicó”, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de pesquisa qualitativa.

Essa pesquisa tem como OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

Identificar como o professor de Filosofia do Ensino Médio poderá influenciar na formação dos alunos quanto à prática na vida da sociedade. Ressaltando-se a importância que tem o professor como agente provocador da transformação social e em ser um intelectual livre, e não um simples técnico da educação que repassa o que está posto pelo currículo, conforme o pensamento de Giroux e Gramsci. É necessário destacar que o conhecimento adquirido se torne uma espécie de mapa que norteie as aulas e, conseqüentemente proporcione aos envolvidos o conhecimento filosófico.

Objetivos Específicos:

- Problematizar a participação da atuação do professor na formação do discente de filosofia no Ensino Médio;

- Elaborar eixos norteadores para a sistematização de aulas de Filosofia no Ensino Médio que atenda às expectativas quanto à participação na vida em sociedade;
- Provocar no ambiente escolar em que o projeto será aplicado um olhar crítico em relação às exigências curriculares.

O benefício desta pesquisa é a possibilidade de desenvolver em nossos estudantes as competências ligada a criatividade, construção argumentativa, ao aprimoramento das capacidades crítico-reflexivas e a construção de laço afetivos e sociais sólidos e seguros

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de constrangimento ao revelar informações ao pesquisador e ter os resultados divulgados. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas o pesquisador Francisco Marcos Alves aplicará o questionário e somente o pesquisador Francisco Marcos Alves e o professor(a) orientador(a) responsável Dr. Francisco Ramos Neves poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta à vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

---

Assinatura do Aluno

Caicó– RN, \_\_/\_\_/2019

**Aluno Francisco Marcos Alves (Aluno-pesquisador)** - Aluno do Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, no endereço Av. Rio Branco, 725, Centro , CEP– 59300-000, Caicó– RN. Tel.(84) 3421-6513.

**Prof(a) Dr. Francisco Ramos Neves (Orientador da Pesquisa – Pesquisador Responsável)** - Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, da Universidade do

Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, no endereço Av. Rio Branco, 725, Centro , CEP– 59300-000, Caicó– RN. Tel.(84) 3421-6513.

**Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)**

Campus Universitário Central - Centro de Convivência. BR 110, KM 48 Rua: Prof. Antonio Campos, S/N, Costa e Silva.Tel: (84) 3312-7032. e-mail: cep@uern.br / CEP 59.610-090

## **Entrevista realizada pelos alunos aos Vereadores da Câmara Municipal de Aparecida/PB**

### **Equipe 1:**

- 1) Como vocês sabem dia 2 de abril é o dia mundial do autismo. E eu queria saber o que a Câmara dos Vereadores tem feito junto ao município para que os portadores dessa deficiência e de outras também, tenham seus direitos preservados e respeitados?**

**Resposta:** A Câmara junto ao município vem buscando a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, onde na parte do autismo, foi criada uma lei em que todos os estabelecimentos do município tenham o símbolo que representa o autismo, para que tenham atendimento preferencial, e também foi criada a lei em que todo dia 5 de abril seja o dia do autismo em nosso município.

- 2) Para que haja uma melhora na qualidade de vida dos portadores de deficiência auditiva, a Câmara dos Vereadores tem algum projeto em que vise trazer intérpretes para o nosso município?**

**Resposta:** Isso depende de vários outros fatores, pois não cabe aos vereadores fazer isso, essa solicitação tem que partir do gestor do município. Porém, os vereadores podem fazer requerimentos solicitando a vinda de intérpretes pelo levantamento dos que necessitam.

### **Equipe 2:**

- 1) Como os senhores vereadores com a ajuda do legislativo, pode combater as falhas na saúde do município? E quanto a falta de profissionais e UBS em outras regiões da cidade?**

**Resposta:** O problema de saúde não está apenas na cidade e sim também em outras comunidades da cidade, onde alguns postos de saúde foram fechados por falta de profissionais para trabalhar, E na sede também ocorre esse problema por conta da marcação de ficha para consultas precisa chegar muito cedo para pegar se lugar na fila, tanto nós vereadores quanto o legislativo, já estamos pensando em uma forma de combater isso, fazendo um concurso público para isso.

**Equipe 3:****1) "Qual seu pensamento sobre o atual funcionamento Câmara e o que pode ser feito para melhorá-lo?"**

**Resposta:** " Eu acho que a Câmara nessa nova gestão administrada tem feito grandes inovações e uma delas é a questão da sessão Itinerante. A gente viu a dificuldade de a população participar das sessões, vindo na casa Legislativa, então a gente adotou este ano a prática de levar as sessões até as comunidades. Já conseguimos levar para o Assentamento Acauã, Assentamento Nova Vida, estamos levando para a comunidade do Tabuleiro, estamos levando para a comunidade de Extrema e queremos rodar todo município levando a atuação da casa. A gente sabe que existem entre os vereadores opiniões divergentes, são divergências necessárias. Pois, se todo mundo pensar igual a gente acredita que o País não cresce. Divergências políticas existem em todo canto. A câmara tem inovado principalmente quando ela começa com a Tribuna do Povo, onde duas pessoas por mês se escrevem e podem vir falar em uma sessão suas opiniões e ideias para o melhor funcionamento do município. A gente acredita que este é o papel da Câmara: envolver a sociedade civil junto com a Câmara para o desenvolvimento do nosso município."